

ISLAMISMO E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO MEDITERRÂNEO BACKGROUND PAPER

Argélia: a transição abortada

Salima Ghezali

Jornalista, Prémio Sakharov, Argel

Iniciada com a queda dos preços do petróleo, no início dos anos 80, a reflexão sobre a mudança de regime na Argélia, com a crise do sistema dirigista de partido único e da economia centralizada, concretizou-se com a chegada ao poder da equipa de reformadores do antigo primeiro-ministro Mouloud Hamrouche, em 1989.

Pensada, em primeiro lugar, em função de aspectos essencialmente económicos e administrativos, a reforma do sistema de governo na Argélia acabou por ver a dimensão política tomar a dianteira, após os tumultos de Outubro de 1988. Muito antes da queda do muro de Berlim, a Argélia entrou na zona de turbulência que caracteriza as transições políticas e económicas. Em Fevereiro de 1989, uma nova constituição consagrou o multipartidarismo, a liberdade de imprensa, a emergência de um espaço público seguro, no qual a sociedade podia debater publicamente o seu futuro e organizar-se de forma a ter peso sobre todas as questões aí debatidas.

Esta efervescência social, que marcou o período entre 1989 e 1991, a que os argelinos chamam “primavera democrática”, pôs em evidência correntes políticas e ideológicas antagónicas que já existiam à sombra do partido único, mas consagrou sobretudo um papel de árbitro a uma sociedade até então excluída do processo de tomada de decisão. Confrontados com uma oligarquia solidamente enraizada na hierarquia militar, a verdadeira detentora do poder, com uma administração às ordens de diversos clãs e clientelas políticas que constituem a espinha dorsal do sistema, os reformadores quiseram apoiar-se na necessidade de mudança da sociedade e na sua dinâmica para baralhar as relações de forças em presença e fazer entrar o país numa verdadeira fase de transição para a democracia e para um sistema económico mais aberto.

Mas, adivinhando as ameaças aos privilégios contidas nas medidas de reforma da justiça, da administração, na reestruturação das empresas, na lei sobre a moeda e o crédito e nas medidas de clarificação das condições de propriedade de bens imóveis, o núcleo duro do sistema de poder instrumentalizou a corrente islamista para pôr termo a uma experiência que o teria obrigado a modernizar-se.

Incapaz de se libertar dos seus próprios arcaísmos, o sistema burocrático e latifundiário conseguiu aproveitar os arcaísmos e a intolerância de um movimento islamico hostil à abertura democrática para se manter no poder.

Durante os dois anos cruciais que foram 1990 e 1991 travou-se simultaneamente um duplo combate nos corredores do poder e na sociedade. De um lado, os reformadores tentavam fazer passar um máximo de leis de abertura económica, enquanto a sociedade argelina conhecia uma verdadeira febre política. O governo enfrentava as reticências do núcleo duro do poder, e a sociedade confrontava-se simultaneamente com a experiência da

intolerância islâmica e com o egoísmo de uma elite modernista que tinha crescido à sombra do regime e que não estava muito disposta a pagar o preço da independência.

Quando, em Junho de 1991, os tanques entraram em Argel por causa de uma greve islamista que tinha demonstrado os limites objectivos da corrente reformadora, demasiado heterogénea para se manter na liderança, a primeira tarefa dos militares seria o derrube do governo Hamrouche.

Nos meses que se seguiram, o novo governo tomou medidas de combate à corrente reformadora e, paradoxalmente, modificou a lei eleitoral, contestada pelos islamistas – mudança que permitirá a vitória islamista na primeira volta das eleições legislativas de Dezembro de 1991.

Esta vitória dos islamistas será o pretexto procurado pelo sistema vigente para se manter. A transição democrática fracassou perante uma estratégia de tensão levada a cabo conjuntamente por islamistas e conservadores no seio do poder.

Com a paragem do processo eleitoral, em Janeiro de 1992, a Argélia junta-se aos países sob Estado de emergência, onde a “ameaça islamista” é pretexto para a violação maciça dos direitos humanos, para o congelamento das liberdades e das reformas económicas. A manutenção de um pluralismo de fachada, que vem regularmente desmentir as fraudes eleitorais, os escândalos políticos e a corrupção, acelera um processo de deslocação social que a entrada da Argélia numa situação de guerra não declarada tinha já desencadeado. Os motins que em todo o território nacional substituíram as manifestações políticas interditas pela administração, conheceram, em 2001, na Kabília, a sua máxima expressão, causando centenas de vítimas, entre mortos e feridos. A incapacidade dos poderes públicos para encontrar outras respostas, para além da repressão e da manipulação, à contestação social, tornaram inevitável o violento divórcio entre o Estado e a sociedade.

200 mil mortos, milhares de desaparecidos, um terrorismo mortífero, uma classe política sem ligação à sociedade e um Estado incapaz de se reformar – onze anos depois, este é o triste balanço de uma política baseada numa estratégia de tensão.

Depois dos trágicos atentados de 11 de Setembro, o poder argelino não cessa de se proclamar como precursor da luta antiterrorista, na esperança de fazer esquecer a sua desastrosa gestão da crise, as violações maciças dos direitos do Homem e a extraordinária corrupção que o caracteriza.

Quando os olhos do mundo se viram para o Iraque à procura das premissas de uma transição democrática, talvez seja útil estudar a experiência argelina para ver exactamente o que **não deve ser feito**.

Negar a uma sociedade o direito de decidir e mantê-la sob um domínio local ou estrangeiro, com o pretexto da existência de correntes islamistas radicais, é a melhor forma de a fazer tombar no caos. Na era da globalização, seria desastroso crer que se pode dominar o caos com uma política securitária, por mais sofisticada que seja. Hoje, como ontem, a melhor arma contra o terrorismo continua a ser uma sociedade estável, com um Estado forte e determinado a fazer respeitar a justiça e a liberdade.